



Alckmin versus Ciro?

Gaudêncio Torquato (*)

A sete meses das eleições, não há sinais que garantam quem estará subindo ao pódio do 2º turno

Lula, exibindo folgada liderança no processo eleitoral (33,4% em recente pesquisa da CNT/MDA), ao que tudo indica deve ser impedido pela Justiça de ser candidato. O deputado Jair Bolsonaro (16,8% na mesma pesquisa) tende a ver sua margem diminuída em razão de certos fatores: curto espaço de mídia eleitoral; perfil de viés autoritário, cujo desdobramento deve descambar para forte bombardeio sobre o ideário por parte de adversários; despreparo para discorrer sobre temas prioritários, a partir da economia.

A eventual saída de Lula da arena praticamente inviabiliza as chances do PT, a ser alvo central de intenso tiroteio que se espera no pleito mais competitivo da contemporaneidade. Nem Haddad nem Jaques Wagner teriam envergadura para levar adiante a carruagem petista. Mas Luiz Inácio, é oportuno lembrar, será grande eleitor, esteja dentro ou fora da prisão, devendo com seu verbo denunciativo arrastar candidatos proporcionais e majoritários do PT em todas as regiões. O PT quer sair vivo e forte da batalha eleitoral sob pena de ver naufragado o esforço de três décadas.

Para concretizar a meta, o partido conta com duas hipóteses: escolher um de seus quadros – podendo ser mesmo Haddad ou Wagner – mais para dar cobertura a seus candidatos nos Estados do que para alcançar vitória; vir a apoiar uma candidatura do seu campo ideológico ou ainda um protagonista próximo ao seu escopo. O tal de Guilherme Boulos, do PSOL, sem chances, não seria o caso; Marina Silva distanciou-se do petismo. Sobraria Ciro Gomes, do PDT.

Ciro, paulista com vida social e política no Ceará, é uma metralhadora ambulante. Sua língua afiada é considerada uma arma que se volta contra ele mesmo. Mas não se discute seu preparo e competência. O figurante é preparado. Acaba

de desferir mais um sopapo no PT e Lula, ao dizer que nem tudo que se diz contra eles é “conspirata” e, ainda: o partido é como “escorpião, afunda-se sozinho”.

O pedetista defende posições assemelhadas ao que defende o petismo, a partir de sua contrariedade sobre a privatização da Petrobras, garantindo que se a Eletrobras for privatizada, ele a puxará de volta para as mãos do Estado. Portanto, sua visão estatizante o insere no campo de centro-esquerda, não necessariamente na extremidade do arco ideológico. A proximidade conceitual com partidos de esquerda – PC do B, PSB – seria, dessa forma, credencial para habilitá-lo a ganhar apoio desses entes em um segundo turno, se alcançar tal patamar.

O ex-ministro e ex-governador do Ceará conta com bom lastro no Nordeste, onde é bastante conhecido. A região tem 27% dos votos válidos do país. E sua linguagem desabrida calha bem ao momento. O eleitor quer ouvir um discurso claro, palavras expressas com energia, ante a descrença (e até certo desprezo) para com a classe política. Ciro tem boa performance em debates. E pode sobressair no deserto de ideias habitado por alguns candidatos. Teria condições de crescer.

Seu opositor, considerando os atuais pretendentes, deve ser o governador Geraldo Alckmin. Experiente, com muitos anos à frente do Estado mais poderoso da Federação, Alckmin conta com boa avaliação dos paulistas. São Paulo tem mais de 33 milhões de eleitores, cerca de 22% do eleitorado nacional. Se conseguir sair de São Paulo com grande bacia de votos, compensaria eventual pequena votação a obter no Nordeste. Por esse raciocínio, é razoável projetar um segundo turno com Ciro Gomes e Geraldo Alckmin, um representando o centro-esquerda e outro o centro-direita.

Claro, o Senhor Imponderável dos Anjos poderá aparecer de repente e desfazer todos os fios da nossa argumentação.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudtorquato.

Congresso Nacional tem semana dedicada à pauta de segurança pública

Prioridade do Congresso Nacional este ano, os projetos na área de segurança devem dominar a pauta da semana

No Senado, entre as três propostas que estão prontas para votação hoje (13) no plenário, está o que endurece de um terço à metade o tempo da prisão, a pena por feminicídio nos casos em que esse crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha.

Se o delito for praticado contra pessoa com doença degenerativa limitante ou que cause vulnerabilidade física ou mental, ou se for cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima, a pena também será aumentada. Hoje, o Código Penal estabelece que pena básica de reclusão para o feminicídio pode variar de 12 anos a 30 anos, sem considerar eventuais agravantes.

Outra proposta que também pode ser votada é a que agrava a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas proximidades de residências, no interior de escolas ou em raio de até 100 metros do



Os projetos na área de segurança devem dominar a pauta da semana.

ambiente escolar. Nos casos de homicídio, sequestro e cárcere privado, a ideia é fazer com que essas situações caracterizem a hipótese de crime qualificado. Se a ação resultar em lesão corporal grave ou seguida de morte, o delito aumentaria a pena do agressor.

Também pode ser votado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. Resultado dos traba-

lhos da CPI do Assassinato de Jovens, que funcionou no Senado entre 2015 e 2016, sob a presidência da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), o plano pretende, em um prazo de dez anos, reverter os altos índices de violência contra os jovens negros e pobres, que lideram o ranking de mortes nessa faixa etária no país.

Na Câmara, o presidente Rodrigo Maia confirmou que pretende votar esta semana

o projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O objetivo do projeto é integrar e tornar mais eficaz a ação dos órgãos de segurança e defesa social. De acordo com o relator da proposta, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), o eixo central da proposta é promover a integração entre os órgãos policiais para que os entes federados compartilhem informações com o Ministério da Segurança Pública (ABr).

Assinatura eletrônica em propostas de iniciativa popular

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar hoje (13) a proposta que permite a coleta de assinaturas eletrônicas de eleitores para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular. Atualmente, somente é permitida a coleta de assinaturas manuscritas. A matéria está pendente de relatório a ser apresentado pelo deputado Vicente Candido (PT-SP).

Na última terça-feira (6), os deputados retiraram a proposta de pauta devido à polêmica em torno de emenda apresentada pela deputada Renata Abreu (Pode-SP), que propõe a abertura de nova janela de troca partidária sem punição de perda do mandato, dessa vez para os vereadores. Para amanhã (14), está marcada eleição de representante a ser indicado pela Câmara para o Conselho da República, conforme previsto na Constituição Federal.

Ainda hoje (13), os deputados podem votar o substitutivo do Senado ao projeto do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí. Na quinta-feira (15), o Plenário poderá votar, em sessão extraordinária à tarde, projetos de decreto legislativo com acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro (Ag. Câmara).

Parecer sobre novas regras para seguros privados

A Comissão Especial sobre Seguros Privados reúne-se hoje (13) para votar o parecer do relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). O projeto, do deputado Lucas Vergílio (SD-GO), pode representar o fim da proteção veicular comercializada por associações e cooperativas. O autor entende que as associações são um risco para o consumidor e não estão sujeitas às mesmas regras das empresas de seguro, que pagam tributos e são obrigadas a manter uma reserva financeira equivalente ao valor dos bens segurados.

A proposta proíbe associações, cooperativas e clubes de benefícios, pessoas naturais e jurídicas, de constituir, operar, comercializar ou realizar contratos de natureza securitária, ou quaisquer produtos que prevejam coberturas, ressarcimentos, indenizações e proteção para quaisquer fins, inclusive aqueles que sejam assemelhados ou idênticos aos de seguros de danos ou de pessoas, assim como instituir e administrar fundos mútuos.

A expectativa é que o relatório de Vinicius Carvalho, no entanto, regularmente a proteção veicular promovida por associações que funcionam como uma espécie de cooperativa. Em novembro do ano passado, o relator afirmou que, se existe esse tipo de produto, é porque o mercado tem espaço. “O que não é permitido é que esse produto não siga uma regra comum ao mesmo tipo de prática econômica” (Ag. Câmara).

Maia pretende votar a urgência para projeto que altera desoneração da folha

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que pretende votar nesta semana o requerimento de urgência para o projeto que altera o sistema de desoneração da folha de pagamentos para a maioria dos setores atualmente beneficiados. Segundo ele, se aprovado o requerimento – apresentado por líderes partidários em fevereiro –, a proposta poderá ser votada pelo Plenário na semana que vem.

O projeto é um dos itens da pauta econômica prioritária para o Executivo. O objetivo é aumentar a arrecadação. Na semana passada, o relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), disse que vai reduzir o total de 56 setores beneficiados, mas para um número maior que os seis propostos pelo governo.

Assim, a possibilidade de contribuição sobre a receita bruta mensal ficará restrita às



Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, durante entrevista.

empresas de transporte coletivo de passageiros (rodoviário, metrô e ferroviário); de construção civil; e de comunicação.

Rodrigo Maia também disse que a reunião para instalação da comissão especial sobre a privatização da Eletrobras está mantida para hoje. Na semana passada, o ato foi suspenso após questão de ordem da oposição,

que promete novamente obstruir os trabalhos. Em relação às comissões permanentes, o presidente da Câmara afirmou que continuam as conversas os líderes. “A gente vai tratar de hoje para amanhã, para no máximo instalar na segunda ou terça da semana que vem, se não instalarmos nesta quinta, que seria o ideal”, disse.

Rodrigo Maia também defendeu que o governo federal aplique recursos públicos na intervenção no Rio de Janeiro. Segundo ele, a ideia do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, de pedir dinheiro a empresários do setor privado não é suficiente. “Talvez para resolver um problema pontual, de um bairro, tudo bem, mas a sociedade já paga impostos e, dentro deles, já há parte importante para financiar a segurança pública. É dentro do Orçamento da União que se encontram as soluções”, afirmou (Ag. Câmara).

Comissão analisa projeto que disciplina telemarketing ativo

A Comissão de Transparência, Fiscalização e Defesa do Consumidor volta a reunir-se amanhã (14) para analisar uma pauta de 11 itens. Entre eles o projeto de Roberto Muniz (PP-BA) que inclui no Código de Defesa do Consumidor novos artigos, procurando coibir o telemarketing ativo abusivo. Diferente do telemarketing receptivo, onde o cliente telefona para a empresa, o telemarketing ativo é aquele no qual os operadores ligam para os clientes ou possíveis clientes.

O relator é o senador Armando Monteiro (PTB-PE), para quem é necessário dotar o telemarketing ativo de “padrões mínimos de qualidade, afastando o abuso no oferecimento de produtos e serviços”. Na justificativa do projeto, Muniz deixa claro que seu intento é “frear uma realidade que incomoda muitos brasileiros, assediados diariamente através de ligações telefônicas produzidas contra a vontade, de forma reiterada e persistente, nos horários mais inoportunos”.

Muniz afirma que a proposta baseia-se na observação da manifestação de interesse por parte do consumidor. “Não é incomum empresas possuírem cadastros positivos de potenciais clientes que efetivamente desejam receber ofertas de produtos e serviços. Tornamos obrigatória a observância pelas



As ligações só poderão ser feitas entre 10h e 21h, de segunda a sexta-feira, e entre 10h e 13h no sábado.

operadoras deste cadastro, oportunizando ao consumidor um canal para desligamento do mesmo, quando não interessar mais a abordagem”, detalha.

Ainda pelo projeto, as ligações só poderão ser feitas entre 10h e 21h, de segunda a sexta-feira, e entre 10h e 13h no sábado. Também fica proibido ultrapassar 3 chamadas para o mesmo consumidor num mesmo dia, assim como a prática de chamadas aleatórias ou para números sequenciais. Na ligação, o operador deverá identificar-se imediatamente, citando para qual empresa trabalha e informar um número de retorno. Neste momento, deverá também aferir a vontade do consumidor no prosseguimento do atendimento, sendo vedados

pretextos como pesquisas, sorteios ou serviços similares, se o objetivo real for a venda.

Também passa a ser dever dos fornecedores, sendo a chamada presencial ou gravada, a disponibilização da tecla interuptiva, que retira o contato do consumidor do cadastro de telemarketing pelo período de 6 meses, prazo no qual o contato será vedado. A proposta também proíbe a realização, por meio eletrônico ou telefônico, de contato com consumidor para oferecer produtos ou serviços por este cancelado, no prazo de 12 meses após o fim do contrato. Também fica vedada a reiteração da mesma oferta de produto ou serviços, caso o consumidor já a tenha recusado (Ag. Senado).

Chile: Piñera lança reforma tributária em seu primeiro dia de gestão

Rodrigo Garrido/Reuters



O novo presidente do Chile, Sebastián Piñera.

O novo presidente do Chile, Sebastián Piñera, deliberou ontem (12), em seu primeiro dia de gestão, a implantação de uma reforma tributária para este ano e um ajuste fiscal devido a um déficit estrutural maior do que o esperado. O anúncio foi feito pelo ministro de Fazenda, Felipe Larraín, que ao chegar ao escritório disse aos jornalistas que “temos um projeto e esperamos pactuá-lo. Temos que simplificar o sistema tributário, para fazer com que ele seja mais amigo dos contribuintes”.

O governo da ex-presidente Michelle Bachelet, cujo mandato terminou no domingo, impulsionou e conseguiu a aprovação de uma reforma tributária para financiar a gratuidade do ensino e outras medidas no âmbito da educação, focada principalmente em um aumento da tributação às empresas. Esta reforma foi criticada porque torna complicado para os contribuintes, principalmente as pequenas e médias empresas, cumprir com

suas disposições. O ministro de Fazenda disse ainda que um ajuste fiscal será necessário, após revelar que o governo de Bachelet fechou 2017 com um déficit equivalente a 2,1% do PIB, ao invés de 1,7%, como tinha sido informado de forma preliminar.

“Estamos trabalhando em um ajuste orçamentário”, disse a respeito Larraín, que comentou que o tema “ainda deve ser analisado” e considerou que não é uma boa notícia. “Estamos em um período de contração, porque indubitavelmente a situação fiscal é diferente da que tínhamos há 8 ou 4 anos. Temos níveis de dívida pública que duplicaram e o que corresponde é iniciar as medidas de austeridade e depois ver como realocar recursos”, precisou. O conservador Sebastián Piñera assumiu domingo (11), pela segunda vez, a presidência do Chile com a promessa de fortalecer a abatida economia do país e retocar as principais reformas de sua antecessora, a socialista Michelle Bachelet (ABr/EFE).